

Cerca de R\$ 174 bilhões deixaram de ser aplicados pelo Ministério da Saúde entre os anos de 2003 e 2017, segundo dados apurados pela organização Contas Abertas, a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM). O montante representa 11% do total autorizado para o Ministério da Saúde no Orçamento Geral da União (OGU) durante o período, cerca R\$ 1,6 trilhão. Quase metade dos recursos não utilizados deveria ter sido investido na realização de obras e compra de equipamentos médico-hospitalares para atender o Sistema Único de Saúde (SUS).

O montante, segundo avaliação da autarquia, revela a má qualidade da gestão financeira na saúde pública, que historicamente também sofre com o subfinanciamento. Somente em 2017, o valor efetivamente gasto (R\$ 115,8 bilhões) representou 89% do que havia sido programado para o ano. No período específico, o comportamento das contas foi inferior aos gastos dos três anos anteriores.

Em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), os recursos aplicados em 2014, 2015 e 2016 superaram em R\$ 5,7 bilhões, R\$ 3,4 bilhões e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente, o montante aplicado no ano passado.

Orçamento Geral da União - Ministério da Saúde*			
Ano	Dotação Autorizada	TOTAL PAGO**	TOTAL PAGO - Dotação Autorizada
2003	69.491.128.742,48	64.590.010.059,86	-4.901.118.682,62
2004	79.927.372.580,13	70.515.638.008,34	-9.411.734.571,78
2005	84.015.728.188,35	69.777.309.945,17	-14.238.418.243,17
2006	86.745.698.717,95	76.958.850.812,09	-9.786.847.905,86
2007	96.051.908.768,69	83.543.212.003,19	-12.508.696.765,50
2008	97.311.918.304,40	86.426.254.898,14	-10.885.663.406,27
2009	105.190.341.024,57	93.056.256.693,45	-12.134.084.331,12
2010	108.646.687.523,59	102.382.550.244,41	-6.264.137.279,17
2011	118.081.840.491,59	107.088.041.947,38	-10.993.798.544,21
2012	132.840.033.224,75	114.426.102.668,95	-18.413.930.555,80
2013	131.078.612.562,31	115.208.878.391,51	-15.869.734.170,81
2014	132.920.917.619,93	121.569.954.814,99	-11.350.962.804,94
2015	136.264.446.044,47	119.296.090.361,32	-16.968.355.683,15
2016	125.087.357.673,08	118.642.521.508,91	-6.444.836.164,17
2017	129.683.885.064,00	115.870.666.610,66	-13.813.218.453,34
<b>TOTAL</b>	<b>1.633.337.876.530,29</b>	<b>1.459.352.338.968,37</b>	<b>-173.985.537.561,92</b>

**Avaliação** - Segundo o presidente da CFM, Carlos Vital, o SUS tem conquistas que devem ser mantidas e ampliadas a todo custo. "O desequilíbrio econômico, causado em grande parte pela corrupção, e as exigências de caixa, contábeis e fiscais, não podem determinar as decisões numa esfera tão sensível, diretamente ligada a valores absolutos, como a vida e a saúde. Esperamos que os gestores públicos reconheçam suas falhas e as corrijam, com reverência às responsabilidades assumidas perante a sociedade", defendeu.

Para o representante dos médicos, a administração dos recursos da saúde tem sido preocupação recorrente dos Conselhos de Medicina, pois a qualidade da gestão tem impacto direto na assistência da população e na atuação dos profissionais. "A população brasileira tem o direito de saber onde, como e se os recursos que confiamos aos governos estão sendo bem aplicados.

Especialmente na área da saúde, tendo em vista as dificuldades de infraestrutura que milhares de pacientes, médicos e outros profissionais de saúde enfrentam todos os dias", declarou.

**Fonte:** [CFM](#), em 31.01.2018.